

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PLÍNIO DE OLIVEIRA PEIXOTO

Monografia submetida á Coordenação do
Curso de Ciências Contábeis como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza

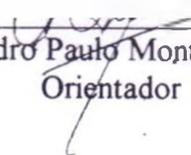
Junho - 1997

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos parciais à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis e encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Contabilidade da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho é permitida desde que seja feita em conformidade com as normas da ética científica.

Plínio de Oliveira Peixoto

Monografia aprovada em 08/07/97


Prof. Pedro Paulo Monteiro Vieira
Orientador


Profa. Maria das Graças Arrais Araújo

Agradecimentos

A Deus pela vida

A vida pelas mulheres

As Mulheres que darão a vida

E aos filhos que lerão esta monografia

RESUMO

O referido trabalho visa expor de forma clara e objetiva, a influência da Análise das Demonstrações Financeiras na decisão das instituições bancárias quanto a concessão de limites de crédito as empresas comerciais.

De acordo com os dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil, nos últimos anos, tem sido crescente o endividamento das empresas.

Não há dúvida de que, o crescimento da empresa pode ser financiado por recursos tomados por empréstimo.

As instituições financeiras bancárias, atuam no sistema financeiro, proporcionando o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto, médio e longo prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas.

Segundo os gerentes de diversos bancos comerciais em Fortaleza, que tivemos a oportunidade de conversar, a análise das demonstrações contábeis tem uma importância secundária na aprovação e liberação de financiamentos. Agora, os relatórios contábeis, tais como balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, são documentos cadastrais indispensáveis para o banco, apesar que a análise destes demonstrativos não serem decisivos.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	4
2.0 O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE BALANÇOS	5
3.0 DEMONSTRAÇÕES A SEREM ANALISADAS	6
4.0 ESTRUTURAÇÃO PARA À ANÁLISE	6
4.1 Fidelidade aos Princípios Contábeis	7
5.0 AJUSTES NAS CONTAS PATRIMONIAIS	7
5.1 - Ajustes no Balanço	8
5.2 - Ajustes na Demonstração do Resultado do Exercício	9
6.0 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS	11
6.1 - Índices de Liquidez	11
6.2 - Índices de Endividamento	16
6.3 - Índices de Atividade	18
6.4 - Valores Médios	19
6.4 - Índices de Lucratividade	20
6.5 - Outros Índices Relevantes	22
6.6. Índices-Padrão	23
7.0 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL	23
7.1 - Análise Vertical	24
7.2 - Análise Horizontal	26
8.0 ANÁLISE DA DOAR	26
8.1 - Índices Importantes Extraídos da DOAR	27
10.0 CAPTAÇÕES DE RECURSOS	29
11.0 ANÁLISE DE CRÉDITO	32
11.0 CONCLUSÃO	34
12.0 BIBLIOGRAFIA	35

1 - INTRODUÇÃO

O homem tornou-se sedentário a partir do momento em que aprendeu a produzir, e aos poucos foi constituindo seu patrimônio. Com o tempo, passou a negociar os excedentes de sua produção (lavouras, rebanhos), tornando cada vez mais importante e periódico a mensuração de seus bens. Este rápido resumo histórico, evidencia a utilização de noções primitivas de análise pelo homem, buscando informações sobre a evolução do seu Patrimônio.

Com o passar do tempo os procedimentos contábeis foram se aperfeiçoando, cada vez mais, para atender as necessidades da sociedade capitalista. Que exigia agilidade e eficiência, para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, econômico e financeiro, difundido pelo mundo. Fase em que a Contabilidade se firmou como ciência.

Atualmente a Contabilidade atingiu um nível de padronização, nas suas técnicas de registro, controle e avaliação, que possibilitaram ao analista das Demonstrações Financeiras um caráter universal.

O referido trabalho visa expor de forma clara e objetiva, a influência da Análise das Demonstrações Financeiras na decisão das instituições bancárias quanto a concessão de limites de crédito as empresas comerciais. Para tanto, nos fundamentamos principalmente com as entrevistas concedidas por alguns gerentes destas instituições e das empresas, além da própria experiência prática.

Inicialmente acompanharemos o desenvolvimento da análise de balanços, explorando sua origem e procedimentos técnicos para sua execução, estudo dos indicadores financeiros, análise vertical e horizontal e análise da DOAR.

E finalmente falaremos sobre as formas de capitalização das empresas, em especial as operações de crédito com terceiros, e mostraremos uma síntese das informações adquiridas durante as conversações com os principais envolvidos nestas operações.

2 - O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE BALANÇOS

É comum afirmar que a Análise das Demonstrações Financeiras é tão antiga quanto a própria contabilidade. Quando o homem de forma rudimentar acompanhava a evolução do seu rebanho em momentos distintos.

A Análise de Balanços, propriamente dita, surgiu e se desenvolveu dentro do sistema bancário. Seu início remonta ao final do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços as empresas tomadoras de empréstimos.

O surgimento dos bancos governamentais de desenvolvimento, regionais ou nacionais, em vários países, deu grande desenvolvimento à Análise de Balanços, pois exigiam como parte do projeto de financiamento, uma completa análise econômico-financeira.

A abertura do capital por parte das empresas possibilitando a participação de pequenos ou grandes investidores como acionistas levando-os à escolha de empresas que lhes proporcionem maior retorno e segurança, tem como instrumento eficaz de avaliação a análise de balanços.

As operações a prazo de compra e venda de mercadorias entre empresas, os gerentes na avaliação da eficiência administrativa e na preocupação do desempenho dos seus concorrentes, alguns grupos organizados de empregados que tenham participação percentual no lucro de uma empresa, tudo isso vêm consolidar a necessidade evidente da Análise das Demonstrações Financeiras.

A Análise das Demonstrações Financeiras só deverão ter início com o término do balanço. Ou seja, quando todos os demonstrativos estiverem finalizados inclusive as notas explicativas.

3 - DEMONSTRAÇÕES A SEREM ANALISADAS

Apesar de normalmente ouvirmos a expressão Análise de Balanços, entende-mos como tecnicamente incorreto uma vez que todas as demonstrações são alvo de análise.

Segundo José Carlos Marion¹ todas as Demonstrações financeiras devem ser analisadas:

- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado do Exercício;
- . Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- . Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Mais ênfase é dada ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, uma vez que através delas é evidenciada de forma mais objetiva respectivamente a situação financeira e a situação econômica das entidades.

4 - ESTRUTURAÇÃO PARA A ANÁLISE

Antes de iniciar a análise, devemos averiguar se já estamos de posse de todas as Demonstrações Financeiras. Também seria desejável Demonstrações Financeiras de três períodos subsequentes.

É importante salientar que para a Análise de Balanços, não existe um roteiro padronizado que leve as mesmas conclusões. Há sim, procedimentos preliminares indispensáveis para evitar distorções equivocadas, tais como a reclassificação de algumas contas.

¹ José Carlos Marion CONTABILIDADE EMPRESARIAL - Atlas 5ª Edição.

4.1 - Fidelidade aos Princípios Contábeis:

Sempre que possível, observar se a escrituração contábil de algumas contas, não fugiu aos princípios contábeis geralmente aceitos. É comum, por exemplo, falhas na classificação de certas contas de investimentos de caráter permanente que aparecem no Ativo Circulante, ou despesas do próprio exercício que figuram como despesas do exercício seguinte, ou ainda gastos indevidamente lançados como Ativo diferido quando deveriam fazer parte das despesas ou perdas do exercício etc. Notadamente, o analista só terá esta informação se o mesmo tiver acesso aos registros contábeis. Caso contrário, o Parecer de Auditores em conjunto com as notas explicativas dão uma satisfatória margem de confiabilidade nas Demonstrações.

5 - AJUSTES NAS CONTAS PATRIMONIAIS

Inicialmente, deveremos verificar se todas as Demonstrações Financeiras estão de acordo com os princípios e leis vigentes. Ter uma atenção especial com os valores extraídos de Balanços iniciais e finais, principalmente na área de contas a receber e estoques, pois muitas vezes tais contas, nas datas do Balanço, não são representativas das médias reais de período.

Outro procedimento utilizado na preparação das Demonstrações Financeiras para que a análise se torne mais eficiente e realista, é a reclassificação das contas. Isto significa que o analista fará um novo reagrupamento de algumas contas, sobretudo no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício.

O volume e a qualidade das informações disponíveis aos analistas são de fundamental importância para as conclusões e decisões a serem tomadas. Por isto, terá que utilizar de muito bom senso nestas reclassificações.

5.1 - Ajustes no Balanço

- * Ao patrimônio líquido se incorporará os resultados de exercícios futuros, desde que em hipótese nenhuma possam ser devolvidos pela empresa;
- * Alguns autores recomendam deduzir do patrimônio líquido o ativo diferido por representar gastos já liquidados. No entanto, outros não concordam com esta reclassificação, como Marion que afirma "O Diferido é um investimento realizado pela empresa que trará benefício atribuíveis a futuros exercícios, pois se não houver benefício não é Ativo. Gastos Pré-operacionais, Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento, Gastos de Reorganização, Gastos de Implantação de sistemas etc. são aplicações que contribuirão para a formação de Receitas por mais de um exercício social. Ora, Máquinas e Equipamentos constantes do imobilizado também serão despesas nos exercícios sociais futuros, através das depreciações., reduzindo, portanto, o Patrimônio Líquido nos anos subseqüentes. Nem por isso, reclassificamos este item, Máquinas e Equipamentos, subtraindo-o do Patrimônio Líquido na ocasião da análise.";
- * As duplicatas descontadas serão reclassificadas no passivo circulante, pois, devido as peculiaridades da operação, ainda há risco de a empresa reembolsar o dinheiro obtido se o cliente não liquidar a dívida junto ao banco.
- * O valor da provisão para devedores duvidosos será subtraída das duplicatas a receber, que aparecerá no balanço ajustado com seu valor líquido;
- * As despesas do exercício seguinte, no Ativo Circulante, é o único grupo de contas que não se converterá em dinheiro, portanto, não servirá para pagar as dívidas da empresa.
Por se tratar de uma despesa antecipada que será consumida pela empresa no exercício seguinte, ela é classificada por força de lei no Ativo Circulante. Porém, não se transformará em dinheiro.

Esta despesa reduzirá o lucro do próximo exercício e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido. Por isso, os analistas mais conservadores preferem, na ocasião da análise, já reduzir do PL esta despesa, excluindo-a do Ativo Circulante.

É importante observar o Princípio da Materialidade. Esta despesa de maneira geral, tem um valor irrelevante em relação ao Ativo Circulante, não melhorando por si só a situação financeira da empresa, pois o seu acréscimo é sem dúvida imaterial.

Se casos houver onde o valor da Despesa de Exercício Seguinte seja relevante em relação ao Ativo Circulante, aí sim, deveremos excluí-la deste grupo e subtraí-la do Patrimônio Líquido.

5.2 - Ajustes na Demonstração do Resultado do Exercício

Para efeito de Análise do Balanço e das Demonstrações de Resultados, concordamos com a opinião do professor Sérgio de Iudicibus², que afirma que estes demonstrativos devem ser apresentados o mais resumido possível. Porém, se alguma área-problema for diagnosticada, a Análise pode e deve ser aprofundada a qualquer momento.

Abaixo mostraremos um exemplo de Demonstrativo(DRE), e a seguir o mesmo Demonstrativo apresentado de forma Sumarizada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NO EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Venda de produtos.....	1.528.330	
Outras.....	<u>65.100</u>	1.593.430
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		<u>(98.305)</u>

² Sérgio de Iudicibus ANÁLISE DE BALANÇOS - Atlas 6ª Edição

Renda operacional líquida	1.495.125	
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(600.125)	
Lucro bruto	895.000	
DESPESAS		
Vendas		
Imposto de circulação de mercadorias.....	145.510	
Outras	<u>31.190</u>	(176.700)
Gerais		
Honorários da diretoria.....	12.000	
Administrativas.....	241.064	
Impostos e taxas.....	<u>2.036</u>	(255.100)
Financeiras.....		(52.100)
Depreciações, menos R\$69.990 mil apropriados ao custo de produção		<u>(10.324)</u>
Lucro operacional		400.776
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS		
Provisão sobre investimentos	(42.158)	
Reversão de provisão sobre Eletrobrás.....	3.240	
Outras, líquido	<u>(76.808)</u>	(115.726)
Resultado do exercício antes do imposto de renda e proposta à Assembléia.....		285.050
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(42.757)	
PROPOSTA À ASSEMBLÉIA		
Gratificação a funcionários.....	4.000	
Porcentagens à administração.....	<u>14.537</u>	(18.537)
Lucro líquido do exercício		<u>223.756</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NO EXERCÍCIO - SUMARIZADA

Receita Operacional Bruta.....	1.593.430
(-) Deduções de Receitas.....	<u>(98.305)</u>
= Renda operacional líquida.....	1.495.125
(-) Custo dos Produtos Vendidos	<u>(600.125)</u>
= Lucro Bruto	895.000
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
Vendas.....	176.700
Administrativas	255.100

Financeiras	52.100	
Depreciações.....	<u>10.324</u>	<u>(494.224)</u>
Lucro operacional		400.776
(-) Despesas Não Operacionais (liquidas)		<u>(115.726)</u>
= Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda e da proposta de Distribuição à Assembléia.....		285.050
(-) Provisão para Imposto de Renda		<u>(42.757)</u>
= Resultado Líquido do Exercício (DIR)		242.293
(-) Proposta de Distribuição		<u>(18.537)</u>
= Lucro líquido do exercício.....		<u>223.756</u>

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ANÁLISE

6 - INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

São índices, extraídos das Demonstrações Financeiras, que estabelecem relação entre duas grandezas e que tem por finalidade facilitar o entendimento uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes, por si só.

6.1 - ÍNDICES DE LIQUIDEZ

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa. Esta capacidade de pagamento pode ser avaliada num longo prazo, num curto prazo ou em prazo imediato.

Capacidade de Pagamento a Curto Prazo:

Índice de Liquidez Corrente (ou liquidez comum)

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a Curto Prazo, por meio da fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O resultado obtido pode ser interpretado da seguinte maneira: para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa tem R\$(resultado da operação acima) para fazer face ao pagamento.

Fatores Limitativos

Dois aspectos limitativos devem ser evidenciados, segundo Marion:

O primeiro é que o índice não revela a qualidade dos itens no Ativo Circulante; os estoques estão subavaliados, são obsoletos, os Títulos a Receber são totalmente recebíveis?

O segundo é que o índice não revela a sincronização entre recebimento e pagamentos, ou seja, através dele não identificamos se os recebimentos ocorrerão em tempo para pagar as dívidas vincendas. Assim, em uma Liquidez corrente igual a 2,5 , aparentemente muito boa, pode a empresa estar em crise de liquidez, pois grande parte dos vencimentos das obrigações a curto prazo se concentram no próximo mês, enquanto a concentração dos recebimentos ocorrerá dentro de 90 dias.

Por outro lado, o estoque que está avaliado a Custo Histórico, sendo que sua realização se dar a preço de mercado, contribui para o redirecionamento da Liquidez Corrente, no sentido de elevá-la.

Ao analisarmos a Liquidez Circulante isoladamente todos esses questionamentos são pertinentes. Todavia, se associarmos aos diversos índices propiciados pela análise, muitas destas indagações serão claramente evidenciadas. A qualidade dos Estoques e Títulos a Receber, poderá ser aferida quando calcularmos os índices de Atividade como: PMRE, PMRV e PMPC que trataremos em capítulos subsequentes.

Manipulação dos Índices de Liquidez Corrente

A Liquidez Corrente é o indicador mais importante da Situação Financeira da empresa. Há uma preocupação por parte dos responsáveis pelas finanças da empresa em melhorar este índice. Isto é possível antes do encerramento do balanço. Vejamos duas situações:

a) Quando a Liquidez Corrente é maior que um.

Exemplo:

		em R\$ mil	
ATIVO CIRCULANTE	60.000	PASSIVO CIRCULANTE	50.000
Disponível	30.000	Fornecedores	25.000
Duplicatas a Receber	25.000	Impostos a Recolher	15.000
Estoque	5.000	Outras dívidas	10.000
TOTAL	60.000	TOTAL	50.000

O índice de LC é de 1,20 (60.000/50.000). Não é um dos melhores índices, por isso, o gerente financeiro pretende melhorá-lo antes do encerramento do balanço, passando, pelo menos, para 1,40.

Se a empresa pagar R\$25.000 mil de suas dívidas,(vamos admitir fornecedores com os quais poderia obter descontos por antecipação de pagamento), o índice de LC será de 1,40 (35.000/25.000).

Note que sempre quando a empresa pagar R\$ x de dívida, seu AC é reduzido em R\$ x.

Portanto, se a empresa quiser seu índice igual a 1,40 deverá aplicar a seguinte fórmula:

$$\frac{AC - x}{PC - x} = 1,40 \qquad \frac{60.000 - x}{50.000 - x} = 1,40 \qquad x = 25.000$$

$$LC = \frac{60.000 - 25.000}{50.000 - 25.000} = 1,40$$

b) Quando a Liquidez Corrente é menor que um.

Exemplo:

		em R\$ mil	
ATIVO CIRCULANTE	12.000	PASSIVO CIRCULANTE	24.000
Disponível	3.000	Fornecedores	5.000
Duplicatas a Receber	7.000	Impostos a Recolher	7.000
Estoque	2.000	Empréstimos	9.000
		Outras dívidas	3.000

O índice de LC é de 0,50 (12.000/24.000). O Índice é considerado excessivamente baixo. Uma saída para melhorar o índice é, por exemplo, a aquisição de estoques a prazo. Se fossem adquiridos R\$ 12.000 de estoques a prazo o novo índice seria: 0,66 (24.000/36.000).

Liquidez Seca

Se a empresa sofresse uma total paralisação das suas vendas, ou se o seu Estoque fosse obsoleto, quais seriam as chances de pagar as suas dívidas com Disponível e Duplicatas a Receber?

É esta resposta que o índice de Liquidez Seca representa.

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$$

Nem sempre um índice de Liquidez Seca baixo é sintoma de Situação Financeira apertada. Um supermercado, por exemplo, cujo investimento em Estoque é elevadíssimo, onde não há Duplicatas a Receber, este índice só pode ser baixo. Portanto, é extremamente necessário a comparação com índices do mesmo ramo de atividade, (índice padrão), para se conceituar qualquer índice.

Este índice, assim como os demais, deve ser analisado conjuntamente com outros índices.

Capacidade de Pagamento em Prazo Imediato

Liquidez Imediata

Mostra quanto a empresa dispõe, imediatamente, para saldar dívidas de curto prazo:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relaciona dinheiro com valores que vencerão em datas as mais variadas possíveis, embora a Curto Prazo. Assim, temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também aquelas que vencerão daqui a 360 dias, e que nada tem a ver com a disponibilidade imediata.

Nem sempre reduções sucessivas neste índice significam situações constrangedoras; podem significar uma política mais rígida de disponível e até mesmo redução do limite de segurança.

Capacidade de Pagamento a Longo Prazo

Índice de Liquidez Geral

Relaciona as disponibilidades que a empresa tem em caixa/bancos mais tudo que a empresa converterá em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), com tudo que a empresa já assumiu com dívida (a Curto e Longo Prazo).

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

As divergências em datas de recebimento e de pagamento tendem a acentuar-se, quando analisarmos períodos longos, ou seja, o recebimento do Ativo pode divergir consideravelmente do pagamento do Passivo; isto, sem dúvida empobrece o indicador.

Pode ser que, num ano em que a empresa adquira um vultoso financiamento, investindo-o totalmente no seu Ativo Permanente, reduza sensivelmente sua LG, o que aumentará consideravelmente o Exigível a Longo Prazo, mas não aumentará o AC e o RLP. Porém, com o tempo, o seu Permanente deverá gerar Receita (e conseqüentemente o lucro), aumentando o AC e melhorando a capacidade de Pagamento a Longo Prazo.

Aconselha-se, assim como para qualquer índice, não analisarmos isoladamente. A conclusão do analista deve ser fundamentada em apreciações combinadas de todos os índices.

Considerações Gerais Sobre Índices de Liquidez:

1. Não considerar qualquer indicador isoladamente. Sempre que for possível associar-lhes entre si;
2. Apreciar o indicador em uma série de anos, pelo menos três;
3. Comparar os índices encontrados com índices-padrão, ou seja, índices das empresas concorrentes.

6.2 - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

É através destes índices que se avalia o grau de participação dos capitais de terceiros na atividade da empresa.

De acordo com os dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil, nos últimos anos, tem sido crescente o endividamento das empresas.

Não há dúvida de que, o crescimento da empresa pode ser financiado por recursos tomados por empréstimo.

Por outro lado, para que o crescimento se dê de forma harmoniosa, sem se sujeitar apenas aos custos financeiros fixos e a prazos de vencimento, compete a administração financeira buscar um adequado balanceamento entre capitais de terceiros e capitais próprios, de forma a manter a sua atratividade perante os investidores. Em média, as empresas que vão a falência apresentam endividamento elevado em relação ao seu Patrimônio Líquido.

Só tem sentido tomar capitais de terceiros quando se espera que a rentabilidade global dos recursos investidos cresça com a aplicação dos novos recursos, contribuindo assim para melhorar a remuneração do capital dos proprietários.

Na análise do endividamento, há necessidade de detectar as características do seguinte indicador:

- a) Empresa que recorrem a dívidas como um complemento das Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas no seu Ativo. Este endividamento é sadio, mesmo sendo

um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido;

b) Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar os seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos. Permanecendo este círculo vicioso, a empresa será uma séria candidata à insolvência.

A análise da composição do endividamento, revela se o administrador financeiro da empresa esta sendo prudente quanto a utilização de recursos de terceiros. O normal seria:

- Endividamento de curto Prazo - utilizado para financiar o Ativo circulante
- Endividamento de Longo Prazo - utilizado para financiar o Ativo Permanente.

A proporção favorável seria de maior participação de dívidas de Longo Prazo, propiciando à empresa tempo para gerar recursos que saldarão os compromissos. Expansão e modernização devem ser financiados com recursos a Longo Prazo e não pelo Passivo Circulante, pois os recursos a serem gerados pela expansão e modernização virão a longo prazo.

Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais

$$\frac{PC + ELP}{PC + ELP + PL}$$

Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

$$\frac{PL}{PC + ELP}$$

Composição do Endividamento

$$\frac{PC}{PC + ELP}$$

ÍNDICE DE ATIVIDADE

Tem por finalidade mostrar a quantidade de dias, em média, que a empresa demora para receber suas vendas, pagar suas compras e para renovar seus estoques.

Quanto maior for a velocidade de recebimento de vendas e de renovação de estoque, melhor. Por outro lado, quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que não corresponda a atrasos, melhor.

O ideal seria que a empresa atingisse uma posição em que a soma do Prazo Médio de Renovação de estoques (PMRE) com o Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) fosse igual ou inferior ao Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC).

$$\frac{\text{PMRE} + \text{PMRV}}{\text{PMPC}} < 1$$

Desta forma, a empresa poderia vender e receber a mercadoria adquirida para, depois pagá-la junto ao seu fornecedor. Assim, se PMRE for de 35 dias, o PMRV for de 50 dias e o PMPC for de 90 dias, a empresa terá ainda, em média, uma folga de cinco dias.

Alguns Aspectos Relevantes Para o Cálculo dos Índices de Atividade:

- a) Quando se fala em Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) não estamos considerando apenas as vendas a prazo, mas o total de vendas.
- b) O total de vendas a ser utilizado para o cálculo do PMRV é a Receita Bruta, por um lado (incluindo IPI< ICMS etc.) e o total de Duplicatas a Receber, por outro, (sem excluir Provisão para Devedores Duvidosos e Duplicatas Descontadas).
- c) Uma problema que sempre surge para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) é o valor de compras, já que a Demonstração de Resultado do Exercício não a destaca, mas apenas os custos das Vendas.

OSFEA

Se tratar de uma empresa comercial, é fácil chegar ao valor das compras; o CMV que está na DRE é a soma do Estoque Inicial com as Compras do período, deduzindo-se o Estoque final; $CMV = EI + C - EF$.

Utilizando os valores dos Estoques indicados no Ativo Circulante em duas colunas e o próprio CMV indicado na DRE, encontra-se o valor das compras.

Quando se trata de uma empresa industrial, a dificuldade se acentuará, uma vez que surgem no cálculo o Custo do Produto Vendido, publicado na DRE, os Gastos Gerais de Fabricação.: $CPV = EI + C + GGF - EF$.

Alguns analistas, através de diversos critérios, procuram estimar o valor de Compras para estes casos. O ideal seria conseguir junto à empresa este dado.

- d) Estes índices não refletem a realidade se aplicarmos em empresas que não tem compras e vendas uniformes durante o ano. Não é adequado para empresas com vendas ou compras esporádicas.

6.3 - VALORES MÉDIOS

O saldo no final do exercício de duplicatas a Receber (BP) representa uma parcela do total de Vendas (DRE). Certamente, Duplicatas a Receber representam as vendas do final do ano. Atentando para o total de vendas, nota-se, nesta conta, estão acumuladas vendas do ano todo. Por isso, limitaria muito a qualidade do índice se comparássemos as duplicatas do final do exercício com vendas acumuladas de todo período, dadas as distorções pela inflação.

Por isso, no sentido de melhorar a representatividade de Duplicatas a Receber, é recomendável que se utilize valores médios de Duplicatas a Receber, ou seja:

Duplicatas a Receber no início do Ano + Duplicatas a Receber no final do ano

2

Analogamente faremos com Fornecedores e Estoques, calculando seus valores médios.

Prazo Médio de Recebimento de Vendas

$$\text{PMRV} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Duplicatas a Receber Médias}}{\text{Vendas}}$$

Indica, em média quantos dias a empresa espera para receber suas vendas.

Prazo Médio de Pagamento de Compras

$$\text{PMPC} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Fornecedores Médios}}{\text{Compras}}$$

Indica, em média, quantos dias a empresa demora para pagar sua compras.

Prazo Médio de Renovação de Estoques

$$\text{PMRE} = \frac{360 \times \text{Estoques Médios}}{\text{Custo das Vendas}}$$

Indica, em média, quantos dias a empresa leva para vender o seu estoque.

Posicionamento de Atividade

$$\text{PA} = \frac{\text{PMRE} + \text{PMRV}}{\text{PMPC}}$$

6.4 - ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE

Há um grande número de medidas de lucratividade. Cada uma delas relaciona os retornos da empresa a suas vendas, a seus ativos ou ao patrimônio líquido. Como um conjunto, essas medidas permitem ao analista avaliar os resultados da empresa em relação a um dado de vendas, um certo nível de ativos ou o investimento dos proprietários. Observa-se atentamente a lucratividade da empresa, pois, para continuar existindo ela precisa ser lucrativa. sem lucros a empresa não pode atrair capital externo, seus credores e proprietários ficariam preocupados com o futuro da companhia e procurariam recuperar os recursos que empregaram nesta.

Margem bruta

Indica a porcentagem de cada R\$ 1 de venda que restou após a empresa ter pago suas mercadorias. Quanto maior a margem bruta, tanto melhor será o resultado da empresa.

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Vendas} - \text{custo das Mercadorias Vendidas}}{\text{Vendas}} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}}$$

Margem Operacional

Representa o que muitas vezes se denomina Lucros Puros, ganho em cada R\$ de vendas feitas pela empresa. O lucro operacional é puro, no sentido que ignora quaisquer despesas/receitas financeiras ou imposto de renda e mede somente o resultado obtido pela empresa em suas operações normais. É preferível que haja uma alta margem operacional.

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas}}$$

Margem Líquida

A Margem Líquida determina a porcentagem de cada R\$ de venda, que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive do imposto de renda. Quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor. As margens líquidas satisfatórias diferem consideravelmente entre setores. Uma margem líquida de 1% ou menos não seria incomum para uma mercearia, enquanto que uma margem líquida de 10% seria baixa para uma joalheria.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Retorno sobre o Investimento (ROI)

O ROI, que é muitas vezes chamado de retorno sobre o Ativo Total da empresa, determina a eficiência global da administração quanto à obtenção de lucros com seus ativos disponíveis. Quanto maior o ROI, melhor

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido após o Imposto de Renda}}{\text{Ativos Totais}}$$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$$\text{TRPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Giro do Ativo

$$\text{GA} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

6.5 - OUTROS ÍNDICES RELEVANTES

Valor Patrimonial da Ação

$$\text{VPA} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Nº de Ações do Capital Social}}$$

Lucro Líquido Por Ação

$$\text{LLA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Nº de Ações do Capital Social}}$$

Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\text{PL} = \frac{\text{Imobilizado}}{\text{PL}}$$

Há, na verdade, uma possibilidade muito ampla de se construir índices. Os que demonstramos neste trabalho é uma síntese dos mais comuns. Cabe ao analista, de acordo com suas necessidades, incrementar outros índices, dependendo, também, do objetivo da análise.

6.6 - ÍNDICES - PADRÃO

São índices extraídos das demonstrações financeiras de diversas empresas do mesmo ramo de atividade para servir de base de comparação para outras empresas também do mesmo ramo de atividade.

A Serasa, uma empresa que presta serviços cadastrais para bancos através de análise das Demonstrações Financeiras, dá um tratamento estatístico a um rol de índices de maneira tal que servirão como padrão.

O tratamento estatístico parte da mediana, onde, colocando-se os índices em ordem crescente, metade fica abaixo da mediana e metade, acima. Além da mediana, são utilizadas outras medidas estatísticas, tais como o decil a fim de dar uma posição relativa ao índice na ordem de grandeza.

O ponto forte desses índices é o destaque das empresas que apresentaram os melhores desempenhos, bem como a evolução dos índices em uma seqüência de anos.

7 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Tem por objetivo, conjuntamente:

a) Indicar a estrutura de Ativo e Passivo, bem como suas modificações.

O balanço evidencia os recursos tomados (financiamentos) e as aplicações desses recursos (investimentos). A Análise Vertical mostra, de um lado, qual a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação de cada um dos itens de capitais de terceiros (fornecedores, bancos etc.) De outro lado, a Análise Vertical mostra quanto por cento dos recursos totais foi destinado ao Ativo Circulante e ao Permanente. A análise do percentual de cada item do Ativo permite destacar a política de investimento da empresa em relação a estoques, duplicatas, imobilizado, enquanto no Passivo permite visualizar a política financeira de obtenção de recursos.

A Análise Horizontal do Balanço mostra a quais itens do Ativo a empresa vem dando ênfase na alocação de seus recursos e, comparativamente, de quais recursos adicionais se vem valendo. é interessante na análise Horizontal observar comparativamente os seguintes itens:

- crescimento do totais do Ativo Permanente e Circulante e de cada um dos seus principais componentes;
- crescimento do Patrimônio Líquido comparativamente ao do Exigível Total;
- crescimento do Patrimônio Líquido mais Exigível a Longo Prazo comparativamente ao crescimento do Ativo Permanente;
- crescimento do Ativo circulante em comparação com o crescimento do Passivo Circulante;
- verificação de quanto cada balanço da série contribuiu para a variação final obtida entre o primeiro e o último balanço.

b) Analisar em detalhes o desempenho da empresa.

A Análise Vertical atinge seu ponto máximo de utilização quando aplicada à Demonstração do Resultado. toda a atividade de uma empresa gira em torno das vendas. São elas que devem determinar o que a empresa pode consumir em cada item de despesa. Por isso na Análise Vertical da Demonstração de Resultados as Vendas são igualadas a 100, e todos demais itens tem seu percentual calculado em relação às Vendas.

A Análise Horizontal da Demonstração do Resultado é também muito importante porque permite visualizar o crescimento de cada item dessa demonstração. Na Análise Horizontal deve-se tomar o crescimento de Vendas como elemento de referência e compara o crescimento de todos os itens da Demonstração do Resultado relativamente ao crescimento de Vendas. Os itens de despesas que tiverem crescimento mais que as vendas representarão problemas que merecem explicações e estudos mais aprofundados.

7.1 - ANÁLISE VERTICAL

Tem por objetivo mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais

da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

Exemplo

Balanco de:	Período "A"	AV (%)	Período "B"	AV (%)
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidade	2.451	4.47	1.545	2.70
Dupl. a Receber	9.570	17.45	7.462	13.02
Estoques	7.031	12.82	8.003	13.97
Soma	19.052	34.74	17.010	29.69
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	993	1.81	1.062	1.85
PERMANENTE				
Investimento	11.318	20.63	14.364	25.07
Imobilizado	20.412	37.22	23.472	40.96
Diferido	3.071	5.60	1.394	2.43
Soma	34.801	63.45	39.230	68.46
TOTAL DO ATIVO	54.846	100	57.302	100
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	2.047	3.73	1.262	2.20
Salários e encargos sociais	976	1.78	925	1.61
Impostos	690	1.26	519	0.91
Financiamento	2.962	5.40	3.305	5.77
dividendos e outros	1.500	2.73	114	.20
Soma	8.175	14.90	6.125	10.69
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos	502	0.92	361	0.63
Impostos	1.157	2.11	1.970	3.44
Outros	66	0.12	152	0.27
Soma	1.725	3.15	2.483	4.34
Capitais de Terceiros				
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	193	0.35	134	0.23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	32.547	59.34	42.701	74.52
Reserva de reavaliação	3.363	6.13	3.915	6.83
Reserva de lucros	721	1.32	164	0.29
Lucros Acumulados	8.122	14.81	1.780	3.10
Soma	44.753	81.60	48.560	84.74
TOTAL DO PASSIVO	54.846	100	57.302	100

7.2 - ANÁLISE HORIZONTAL

Tem por objetivo mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Exemplo.

RECEITA LÍQUIDA	161.932	100	204.411	126
(-) Custo das Vendas	(123.373)	100	(147.440)	119
(=) Lucro Bruto	38.559	100	56.971	119
(-) Desp. Operacionais				
De Vendas	(7.860)	100	(11.397)	145
Administrativas	(7.151)	100	(9.171)	128
Financeiras	(10.608)	100	(26.060)	245
(=) Lucro Operacional	12.940	100	10.343	79
(+/-) Saldo da Correção Monet.	120	100	230	191
(=) Lucro antes do IR	11.462	100	7.923	70
(-) Imposto de Renda	(3.690)	100	(3.777)	102
Lucro Líquido	7.772	100	4.146	54

8 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE ORÍGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A DOAR surgiu a partir da Lei 6.404, tornando-se desde então, obrigatória para boa parte das Sociedades por Ações. Antes ela já existia, porém com uso restrito e era denominada de Fluxo de fundos.

Atualmente, dada sua obrigatoriedade para boa parte das empresas, a DOAR está se tornando mais conhecida.

Neste trabalho, não abordaremos as técnicas, costumeiramente detalhadas em bibliografias de Análise Balanços, por entendermos que as mesmas já são bastante difundidas não necessitando, portanto, de aprofundamento neste campo.

Ressaltamos, porém, o imprescindível conhecimento, por parte do analista, destas técnicas para uma melhor interpretação das informações que dali poderão surgir.

A análise, criteriosa, da DOAR nos permite identificar quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual fonte tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para o recursos; qual é o nível de imobilização; qual é o nível de investimentos em outras atividades; etc.

8.1 - Índices Importantes Extraídos da DOAR

1 - Novas Aquisições no Permanente Origens das Operações + Aumento de Capital em Bens + Novos ELP

Indica quanto foi investido no Ativo Permanente resultante da soma do Lucro gerado, de novos recursos incorporados ao Capital e de novos recursos de Terceiros a Longo Prazo.

Objetiva-se identificar se a empresa está buscando recursos no CGL para financiar o Permanente. Se este índice for superior a 1,00 , há evidência de redução do CGL e, conseqüentemente, da Liquidez Corrente.

2 - Aplicações em Investimentos Origens

As aplicações em Investimentos são não-operacionais, uma vez que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa. Se tais aplicações forem elevadas e/ou constantes no decorrer dos anos, concluiremos que está havendo um desvio em relação aos objetivos sociais da empresa. Isto pode significar que estas aplicações estão rendendo mais que a própria atividade da empresa. Por outro lado, a estrutura produtiva da empresa pode estar sendo prejudicada.

3 - Origens (Resultante de Capitais de Terceiros) Origens Totais

Elevadas e sucessivas origens decorrentes de Capital de Terceiros significam enfraquecimento da situação econômica. Esta situação tende a piorar se o endividamento da empresa já for elevado.

4 - Aquisição de Imobilizado
Aplicações

Índice de maior relevância para indústrias. Indica se a indústria, no decorrer dos anos, está inovando o seu imobilizado, não só no sentido de reposição, mas também para melhorar a sua produtividade e qualidade do seu produto.

5 - Capacidade de amortização de dívida a longo prazo

Exigível a Longo Prazo
Origens das Operações (Lucro L. Ajustado)

Indica o número de anos aproximados que a empresa conseguirá pagar suas dívidas de longo prazo com recursos gerados pelas operações.

Suponha-se que uma empresa obtenha Lucro Líquido Ajustado de R\$ 600 e uma dívida de Longo Prazo de R\$ 4.000. Seu índice de capacidade de amortização de dívida a longo prazo será de 6,7 anos (4.000/600). Compara-se este índice com o prazo real de vencimento da dívida. Se o prazo real for acima de 6,7 anos, não haverá dificuldade para a liquidação da dívida; todavia, se menor, ao nível da geração de recursos atuais, a empresa terá dificuldade de honrar o compromisso.

6 - Liquidez Geral Projetada.

$$= \frac{AC + RLP + (\text{Lucro Ajustado} \times \text{Prazo de Pagto. do ELP})}{PC + ELP}$$

Considerando o prazo real das dívidas a longo prazo e o nível atual de recursos gerados pelo Lucro Ajustado, analisaremos se a empresa conseguirá liquidar seus compromissos de longo prazo ou precisará usar outros recursos.

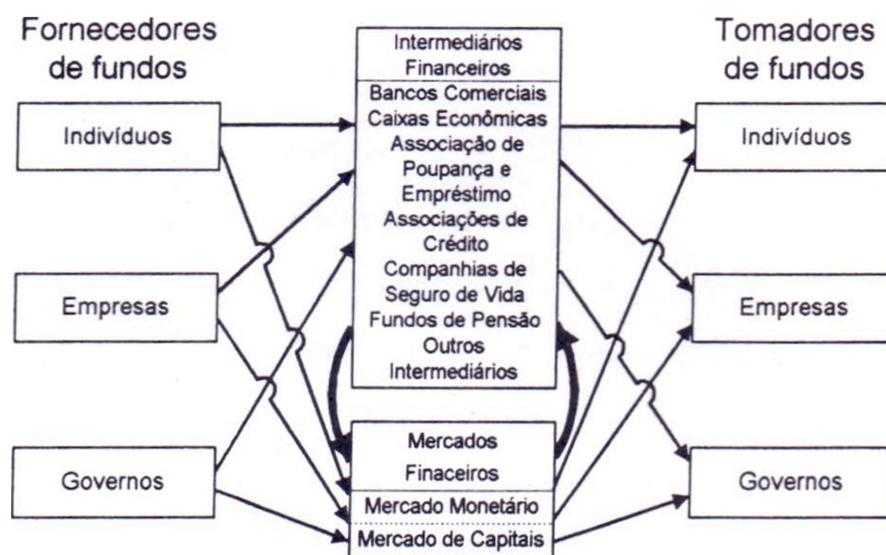
9 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Nos mercados financeiros os tomadores e fornecedores de empréstimos e investimentos a curto e longo prazo negociem diretamente, sabendo exatamente onde seus fundos estão sendo emprestados ou investidos. Por isso, devem dosar bem o risco assumido para o retorno esperado. Enquanto que os empréstimos e investimentos dos intermediários financeiros são feitos sem o conhecimento direto dos fornecedores de fundos (poupadores). Os dois mercados financeiros básicos são: o mercado monetário e o mercado de capitais. As transações em instrumentos de dívida a curto prazo ou em títulos negociáveis se realizam no mercado monetário. Os títulos a longo prazo (ações e debêntures) são negociados no mercado de capitais.

Os intermediários financeiros e os mercados financeiros não são independentes um do outro; pelo contrário, é bastante comum encontrar intermediários financeiros participando ativamente tanto no mercado monetário como no mercado de capital, atuando como fornecedores e tomadores de fundos que servirão para serem repassados para as empresas, governo e indivíduos.

Neste contexto, as instituições financeiras bancárias, atuam no sistema financeiro, proporcionando o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto, médio e longo prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. Para tanto, utilizam-se de descontos de títulos, realização de operações de abertura de crédito, operações especiais inclusive de crédito rural, câmbio e comércio internacional, obtenção de recursos junto as instituições oficiais, como no exterior, para repasse, captação de depósitos a vista e a prazo fixo. Resumindo, funciona como o elo de ligação entre os agentes superavitários e deficitário, promovendo assim o equilíbrio entre os diversos setores da economia. Na sequência, mostraremos uma ilustração de como funciona este fluxo de fundos e o relacionamento entre o Mercado Financeiro e os agentes intermediários do sistema financeiro nacional:

Ilustração



Fontes de Financiamento a Curto Prazo

O financiamento a curto prazo, que consiste em obrigações que devem vencer dentro de um ano ou menos, é necessário para dar suporte a uma grande parte dos ativos circulantes da empresa, tais como caixa, títulos negociáveis, duplicatas a receber e estoque. Estes financiamentos podem vir de fontes espontâneas que figuram no Balanço como contas a pagar (contas, duplicatas, salários e ordenados etc. a pagar) sem que esta empenhe ativos como garantia, ou através das Instituições Financeiras, que normalmente exigem garantias, tais como avalistas e ativos da empresa.

O tipo de empréstimo a curto prazo mais importante, feito por bancos a empresas é o que visa financiar as suas necessidades sazonais. As duas formas básicas são:

- Linhas de crédito;
- Acordo de Crédito Rotativo.

A linha de crédito é um acordo firmado entre um banco comercial e uma empresa, que determina o montante de empréstimo a curto prazo à sua disposição, desde que, o banco tenha a disposição este recurso. Estando então, aprovado o limite, a empresa poderá solicitar formalmente, através de contrato, o valor de sua necessidade até o limite fixado.

No momento da negociação, será definido os termos do contrato. Ou seja, as cláusulas que constarão, informando por exemplo o prazo para pagamento, a taxa de juros a ser cobrada (normalmente uma porcentagem fixa associada a uma taxa flutuante, tipo 0,5% mais a taxa de juros interbancária) e demais condições do contrato.

Um acordo de crédito rotativo nada mais é que uma linha de crédito garantida, no sentido que o banco comercial que faz o acordo garante ao tomador um montante específico de fundos à sua disposição, independente da escassez de dinheiro na época. Assim como a linha de crédito, há um acordo firmado, um contrato com as cláusulas da negociação, só que a empresa passará a utilizar de acordo com as suas necessidades de caixa.

Por exemplo, num dia qualquer uma empresa está com um déficit de caixa de 100 mil Reais e possui um limite de garantida de 500 mil Reais à uma taxa de CDI (certificado de depósito interbancário) flutuante, mais 0,55% fixo. Ela poderá, com base no contrato mãe, emitir uma correspondência solicitando a liberação destes 100 mil, indicando ao banco em qual conta deverá ocorrer o crédito. Se no dia seguinte acontecer o inverso, e ela tiver um superávit de 80 mil Reais, a empresa poderá normalmente, amortizar parte do seu saldo devedor de 100 mil. Quanto ao juros, será cobrado apenas nos dias em que o limite estiver utilizado e calculado sobre o montante desta utilização.

Lembramos porém, que apesar destes empréstimos serem na sua maioria tomados a curto prazo, são também negociados com prazos mais extensos de dois ou três anos.

Fontes de Financiamento a longo Prazo

A presença de empréstimos a longo prazo na estrutura de capital da empresa acarreta alavancagem financeira, que tende a maximizar o efeito de maiores lucros operacionais sobre os retornos dos proprietários. Já que o empréstimo é normalmente a forma menos dispendiosa de financiamento a longo prazo, devido a possibilidade de deduzir os juros para fins fiscais. Além de reduzir seu custo de capital, permitindo-lhe selecionar um grupo maior de alternativas aceitáveis de investimento.

Pode-se obter um financiamento a longo prazo de duas maneiras:

- tomar emprestado o dinheiro diretamente de uma instituição financeira;
- vender instrumentos negociáveis de dívida na forma de debêntures.

10 - ANÁLISE DE CRÉDITO

As empresas para obterem empréstimos, como os estudados no tópico anterior, junto as instituições financeiras, em especial as bancárias, sujeitam-se a uma rigorosa troca de informações cadastrais para a apreciação de possível crédito.

Vamos supor que a empresa "x Ltda", revendedora de veículos da marca Ford, esteja precisando de um limite de crédito rotativo de um milhão de Reais, para atender aos picos sazonais de pagamentos junto a montadora. Ela recorre a um banco comercial que nunca tinha se relacionado antes. O banco por sua vez, após este primeiro contato com o cliente fornece a seguinte relação de documentos/informações necessárias para a formação de uma base inicial de cadastro:

- Fichas cadastrais da empresa, dos sócios e procuradores com informações gerais sobre eles;
- Contrato social e aditivos;
- Relação de bens da empresa e dos sócios;
- participação da empresa e dos sócios em outras empresas;
- Faturamento dos últimos dez meses;
- Balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício dos três últimos anos;
- Cartão de CGC da empresa, e o Registro geral e CPF dos sócios e procuradores;
- Procuração.

De posse desta documentação, o banco checará estas informações junto as entidades especializadas no mercado, como o SERASA, checando se as informações apresentadas são a expressão da verdade, e a credibilidade da empresa e dos sócios, verificando sua idoneidade

perante a sociedade. Se tiver títulos protestados em cartório o banco solicitará as certidões negativas.

As demonstrações contábeis também serão analisadas, mais no sentido de se estipular o limite e o prazo que a empresa poderá contar a princípio; ou seja, um referencial. A importância da análise das demonstrações financeiras de um modo geral é secundária. Os bancos públicos são os que normalmente dão mais ênfase a análise. Na avaliação para renovação de linhas de créditos, as informações contábeis são mais relevantes e atuam ativamente na manutenção ou não do limite e prazos anteriores e na taxa de juros do contrato a vencer, de acordo com o risco da operação a ser renegociada. Por isso, os bancos comerciais solicitam demonstrações cada vez mais atualizadas a medida que se aproximam os vencimentos das operações.

No caso da nossa empresa fictícia, após todas estas averiguações o banco traçará um perfil da empresa e sócios, com as informações conseguidas. Então os analistas de crédito definirão as diretrizes da negociação ao gerente do banco, que na reunião decisiva com os representantes da empresa, negociará o montante do empréstimo, a taxa de juros, o prazo e demais cláusulas do contrato. É indispensável a emissão de um título de crédito que garanta o pagamento da dívida contraída como uma nota promissória, devidamente avalizada.

11 - CONCLUSÃO

No estudo da evolução qualitativa e quantitativa do patrimônio, o homem vem buscando cada vez mais informações úteis a conservação e aumento de suas riquezas. Para tanto, desenvolveu técnicas cada vez mais sofisticadas e eficientes de mensuração.

A análise das demonstrações financeiras engloba esse conjunto de técnicas de estudo dos relatórios contábeis para a obtenção de informações econômicas relevantes das entidades. E assim como a própria contabilidade está se aprimorando a cada ano.

Então, começamos a desenvolver este trabalho no sentido de explorar estas técnicas de análise e descobrir até que ponto elas auxiliam as instituições financeiras bancárias quanto a concessão de empréstimos.

Segundo os gerentes de diversos bancos comerciais em Fortaleza, que tivemos a oportunidade de conversar, a análise das demonstrações contábeis tem uma importância secundária na aprovação e liberação de financiamentos. Agora, os relatórios contábeis, tais como balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, são documentos cadastrais indispensáveis para o banco, apesar que a análise destes demonstrativos não serem decisivos.

As informações contábeis tornam-se mais relevantes a medida que se aproximam os vencimentos das operações. Os bancos solicitam sempre, balanços e demonstrações do resultado atualizados.

Um entendimento ficou claro quanto aos empréstimos, a de que o aval é o item mais importante e decisivo para a concessão de empréstimos bancários as entidades. É uma garantia a mais para as instituições.

Por isso, observamos que dentro do sistema financeiro bancário, a análise das demonstrações financeiras não estão tendo uma atuação determinante.

12 - BIBLIOGRAFIA

- 1 - GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira tradução da 3ª. Edição, São Paulo, Harbra 1987
- 2 - IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços 6ª. Edição, São Paulo, Atlas 1995
- 3 - MARION, José Carlos Contabilidade Empresarial 5ª. Edição, São Paulo, Atlas 1993
- 4 - MATARAZO, Dant C. Análise Financeira de Balanços - Abordagem Básica, Volume 1 2ª. Edição São Paulo - Atlas 1989
- 5 - MATARAZO, Dant C. Análise Financeira de Balanços - Abordagem Gerencial, Volume 2 São Paulo - Atlas 1988
- 6 - MARION, José Carlos Curso Palestra Sobre Análise de Balanços - Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo 1987
- 7 - Revista Exame - "Melhores e Maiores 1996"
- 8 - Revista Trevisan - maio de 1997